

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização,
Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

30.^a Reunião
(8 de novembro de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Vitalino Canas) declarou aberta a reunião às 18 horas e 7 minutos.

Foi distribuído, em versão informática, o projeto de relatório final da Comissão com a introdução de propostas de outros grupos parlamentares, aceites pelo Sr. Deputado relator Duarte Pacheco (PSD).

Após aquele Sr. Deputado ter apresentado, de forma genérica, as alterações efetuadas, a Comissão deliberou suspender a presente reunião, que será retomada em tempo útil depois de todos os grupos parlamentares terem tido a possibilidade de fazer a avaliação de todas as propostas que foram aceites. Pronunciaram-se, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Basílio Horta (PS), Honório Novo (PCP), João Semedo (BE) e Hugo Velosa (PSD).

O Sr. Presidente suspendeu a reunião eram 18 horas e 28 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 7 minutos.

Srs. Deputados, conforme combinado, o Sr. Deputado relator distribuiu o projeto de relatório já com a introdução das propostas de alteração que foram por ele aceites. Esse texto já está disponível, por enquanto apenas na versão informática, mas atendendo ao que está definido para a sequência desta reunião, penso que não será necessário distribuir hoje a versão em papel.

Vou dar, então, a palavra ao Sr. Deputado Duarte Pacheco, que irá apresentar de uma forma genérica o que fez ao nível do relatório; depois, a Comissão deliberará sobre a sequência dos trabalhos, tendo, no entanto, sido definido que haverá uma suspensão desta reunião, que será retomada em tempo útil, depois de os grupos parlamentares terem tido tempo para fazer a avaliação de todas as propostas que foram aceites.

Faça favor, Sr. Deputado relator Duarte Pacheco.

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A versão do relatório que foi distribuída há minutos resulta de um intenso esforço de consensualização que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos dois ou três dias, depois de recebidas as propostas de todos os Srs. Deputados.

Como podem imaginar, esse esforço obriga a um empenhamento grande (desde já, agradeço a disponibilidade de todas as bancadas) e obriga, por vezes, a muitos minutos de conversa para encontrarmos as

expressões nas quais todos se possam rever ou que, no mínimo, ninguém se sinta violentado. E nem sempre é fácil encontrar soluções de compromisso para juntar as várias bancadas, porque se houvesse o intuito claro de somente fechar um consenso com uma bancada, isso seria muito mais fácil. Mas não foi esse o espírito, desde o início.

O que se pretendeu, desde o início, foi ouvir as sugestões de todas as bancadas e procurar consensualizá-las. Por isso, a versão que foi distribuída, procurando respeitar a verdade dos factos, incorpora sugestões de todas as bancadas, com particular atenção para as alterações sugeridas pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Socialista, bem como, naturalmente, as sugestões disponibilizadas pelo PSD e pelo CDS, porque todos estes partidos mostraram disponibilidade para condicionarem o seu sentido de voto à aceitação de propostas de alteração.

Mantive igual conversa com o Bloco de Esquerda e mantemos a aceitação de algumas propostas, não de todas, porque, com a maior das lealdades, o Bloco de Esquerda afirmou ter uma posição de voto formada sobre o relatório que não era condicionada pela aceitação deste conjunto de propostas. Nesse sentido, mantivemos quase que simbolicamente algumas das propostas que o Bloco de Esquerda apresentou, mas, com toda a franqueza, já não foi aprofundado o carácter de conversações que tenho tido com as outras bancadas, nomeadamente as do Partido Socialista e do Partido Comunista Português, por esse facto.

Penso, Sr. Presidente, que esta versão do relatório poderá já estar a merecer um consenso alargado, mas aceito que a sua leitura possa levar ainda a ajustes — nomeadamente, o facto de aceitar algumas propostas do PCP pode fazer com que, por exemplo, o Partido Socialista sugira alguns ajustes, e vice-versa. É o esforço desta convergência, que, como podem

entender, é muito intenso e nada fácil, que me leva a dizer que esta não é ainda a versão definitiva — tenho a certeza.

No entanto, numa linha geral, poderei dizer que estão aceites, naturalmente, o reforço das referências à gestão anterior à nacionalização, o procurar fazer uma análise do período da gestão nacionalizada com menos adjetivos e mais factual e a referência às avaliações que foram feitas e que só chegaram ao nosso conhecimento em outubro. Estas são, por exemplo, sugestões que já estão refletidas no texto do relatório.

Poderá haver, naturalmente, ainda alguns ajustes, mas penso que já não serão com o impacto daqueles que a versão inicial e a versão que hoje é disponibilizada contemplam.

Repito, Sr. Presidente, uma preocupação que aqui manifestei há dois dias: entendo que prestigiamos o Parlamento e as comissões de inquérito se conseguirmos, por um lado, apresentar um relatório que ultrapasse as barreiras político-partidárias da maioria conjuntural que neste momento é liderante no Parlamento e, por outro lado, esclarecer o que é possível esclarecer aos cidadãos sobre o caso BPN, com a consciência de que não temos o poder judicial (esta não é uma instância judicial) e, portanto, não vai sair daqui qualquer acusação de crime, porque não é suposto. Sabemos que, por vezes, a opinião pública pensa que nós, como comissão de inquérito, podemos chegar a esse tipo de conclusões. Não! A conclusão é essencialmente política, mas procurando esclarecer o que sempre nos preocupou desde o início: quanto já foi gasto com o BPN; quanto se estima que ainda possa vir a ser gasto com o BPN; as hesitações que decorreram durante o período da nacionalização, as vicissitudes que decorreram nesse período e as preocupações, as dúvidas que o processo de reprivatização a favor do BIC também levantou.

Penso estar tudo isso espelhado no relatório. Por isso, Sr. Presidente, cansado mas satisfeito com o trabalho conseguido, espero que o relatório possa obter um acordo amplo quando for o momento da sua apreciação e votação final.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, queria agradecer ao Sr. Deputado relator a abertura com que tem ouvido todos os grupos parlamentares, nomeadamente o do Partido Socialista, e dizer que vamos ler com toda a atenção a versão final do relatório, sempre com espírito de grande abertura e muito construtivo. Vamos ver se, realmente, o relatório final corresponde às palavras e ao trabalho que o Sr. Deputado relator teve.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, não serei tão sintético, mas gostaria de referir três ou quatro aspetos.

Em primeiro lugar, queria sublinhar o esforço de integração e de consensualização feito pelo relator. Seja qual for o resultado final, expresso através da votação dos diferentes Deputados que integram esta Comissão de Inquérito, isso não invalidará em nada aquele que foi um esforço abrangente, notável e notório, evidente e patente, até publicamente patente!, por parte do Sr. Deputado Duarte Pacheco.

Em segundo lugar, queria referir que, relativamente ao conjunto de propostas do PCP, houve, naturalmente, no início desta semana, uma conversa bastante alargada e profunda, que abrangeu todas as questões que, do ponto de vista do PCP, eram consideradas essenciais e que criaram uma perspetiva de consenso, à partida.

Entretanto, decorreram alguns dias e recebemos, há minutos, o relatório, que não tenho aqui, como é evidente — esperemos que todas as matérias que foram acordadas na passada terça-feira estejam nele contempladas. Enfim, o nosso desejo é que nenhuma matéria das que consideramos essenciais tenha sido impossível de contemplar por parte do Sr. Relator, «por força da vida», digamos assim, para utilizar uma expressão genérica que quer dizer tudo e não quer dizer nada, mas que, em política, muitas vezes, quer dizer muito, e que se tenha mantido o sentimento de consenso que existia.

Assim o desejamos. Mas também, como disse na última reunião, caso assim não aconteça, não é drama nenhum.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, queria começar por sublinhar e felicitar o Sr. Deputado Duarte Pacheco pelo esforço que fez de inclusão e de melhoria, para tornar o relatório mais completo, mais objetivo e mais equilibrado. Já participei em várias comissões de inquérito e penso que, pela primeira vez, vi algum Deputado tão empenhado nesse esforço. Tenho de o reconhecer, e isso não é pouco importante, até porque pode fazer uma escola de trabalho para futuras comissões.

Em segundo lugar, valorizando esse esforço e a importância de que os nossos trabalhos ajudem a prestigiar e a credenciar este tipo de

comissões e o conjunto do trabalho parlamentar, gostava de dizer que não há problema algum, não é um drama nem um fracasso da democracia — ou do Parlamento — que o relatório não possa ser aprovado por todos. A título de exemplo, direi apenas que no Tribunal Constitucional, que é um órgão que todos respeitamos e um órgão cimeiro da democracia portuguesa, a esmagadora maioria das suas decisões tem variadíssimos pareceres contrários à decisão tomada.

Não sei quem lembrou a questão dos subsídios, mas lembrou bem. Foi muito oportuno! Nem eu próprio me lembraria disso agora... Não sei se estão a falar do próximo Orçamento do Estado ou se do atual, mas enfim...

Seguindo o rumo do que pretendia dizer, quero dizer que não me sinto obrigado, em nome do respeito pela imagem e pelo prestígio do Parlamento, a violentar as minhas convicções políticas sobre o próprio relatório. E, como está na moda dizer-se, há uma linha que separa o voto a favor do voto contra!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Essa linha é a abstenção!

Risos.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não, não! A linha é mesmo a linha que separa o voto a favor do voto contra. A abstenção é mais uma entrelinha, é para se perceber nas entrelinhas.

Estou mesmo a dizer que há uma linha que nos separa (que, depois, poderei detalhar mais na próxima reunião) e que se resume, fundamentalmente, em dois pontos, aos quais damos uma grande importância.

Em primeiro lugar, entendemos que o relatório não evidencia que o resultado final desta operação de venda se traduziu num benefício do comprador. Nós temos essa convicção e julgamos que os trabalhos da Comissão validam tal conclusão.

Em segundo lugar, também nos parece que o relatório não evidencia a importância e o papel que tiveram as razões políticas na conclusão desta operação de venda do BPN ao BIC.

Ora, aquela linha que separa o voto contra do voto a favor une estes dois pontos. São estas as motivações e as razões que nos levam a ter transmitido ao Sr. Deputado Duarte Pacheco, exatamente com a mesma transparência, frontalidade e lealdade que ele usou para com o Bloco de Esquerda e com todos os outros Deputados e Deputadas desta Comissão, que, mesmo que todas as nossas propostas fossem incluídas — e seguramente algumas serão! —, se estas não fossem, nós não teríamos outra opção de voto. Acho que é assim que a democracia funciona e não há nenhum problema.

Acrescento que estou de acordo com o adiamento da reunião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Semedo, há também uma linha que separa um mero relatório final de declarações de voto. Foi aquilo que fizemos antes. E penso que o Deputado João Semedo e os outros colegas Deputados concordarão que o que fizemos antes acabou por ser mau para todos, porque houve um relatório que foi aprovado e que não aceitou qualquer sugestão de nenhum Deputado nem de nenhum grupo parlamentar.

Entendo que o que está a passar-se agora é a nota mais positiva sobre o relatório final em discussão e que nós, enquanto Deputados, todos temos de nos congratular, porque não tenho dúvidas de que, com este esforço que estamos a fazer, lá para fora, para os cidadãos, para quem quer saber o que se passou no BPN, é melhor que haja contributos dos vários grupos parlamentares para que tenhamos um relatório substancialmente melhor. Isso é normal, há visões diferentes sobre as coisas e elas devem ser aceites.

Para nós, esse é o aspeto mais importante e demonstra que quer o relator quer esta maioria não quiseram impor nada, não quiseram impor um relatório dizendo «Só pode ser este. Não vamos aceitar mais nada!» e os outros grupos parlamentares ficariam com a apresentação de meras declarações de voto.

Portanto, que fique claro que para nós, Grupo Parlamentar do PSD, aquilo que de mais importante está a passar-se é que nós queremos que haja um relatório substancialmente melhor. Não há aqui falsos consensos nem falsas tentativas de consenso; há substancialmente a tentativa de um relatório melhor, com melhor conteúdo, mais perceptível por todos e que diga mais sobre o que se passou nesta questão do BPN, dentro daqueles que são os poderes dos Deputados, porque não tem outros, nomeadamente judiciais ou outros.

Queremos também felicitar o Deputado relator pelo esforço que tem feito. É um trabalho difícilíssimo. Só quem vê o número de propostas que há para tentar integrar num projeto de relatório inicial é que verifica que é um trabalho difícilíssimo e diria isto fosse o Deputado Duarte Pacheco, do PSD, fosse outro Deputado de outro partido a elaborá-lo. É um trabalho difícilíssimo. Só quem vê... Eu próprio não queria fazê-lo, se um dia me pedissem para o elaborar. Esse trabalho é extremamente difícil. Temos de

dizer que o Deputado Duarte Pacheco tem feito um excelente trabalho, aliás, aqui confirmado por todos os colegas.

Concordo que devemos fazer a votação final do relatório numa data a acertar, posterior a esta, porque o relatório só agora foi distribuído, e, da nossa parte, não há qualquer problema que até essa reunião final, se necessário for, ainda o possamos melhorar. É evidente que não há mal ao mundo se não o conseguirmos, mas pelo menos esse esforço é feito porque a questão do BPN é de tal forma grave que justifica que assim se atue.

O Sr. **Presidente**: — Não registo mais nenhuma intervenção, pelo que vamos, nesse caso, dar sequência àquilo que foi combinado.

Antes, porém, gostaria de me associar aos elogios já expressos pelas várias bancadas ao Sr. Deputado relator. Pelo que fui percebendo, foi um trabalho bastante exaustivo, bastante sério e espero que tenha produzido bons frutos. Cabe-nos agora, a todos, analisar este documento. Tendo havido 203 propostas de alteração, certamente alguma foram aceites e outras não. O trabalho de avaliar o equilíbrio daí resultante vai requerer dos grupos parlamentares alguma atenção e não seria, certamente, simpático nem valorizaria o trabalho do relator se nós apressadamente daqui a meia ou uma hora nos reuníssemos de novo para votarmos o relatório.

Assim, tendo em conta o consenso que se formou entretanto, iríamos suspender esta reunião de forma a que os grupos parlamentares possam adequadamente analisar o relatório e retomaremos a reunião em tempo oportuno, na data que está a ser combinada e que depois será anunciada. Em princípio, será na próxima semana. Tendo em conta o trabalho que os vários Deputados têm noutras comissões,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E, se me permite, a declaração de greve do dia 14, que também me abrange!

O Sr. **Presidente**: — ... reuniríamos no final da próxima semana. Está interrompida a reunião.

Eram 18 horas e 28 minutos.